

RESUMO SIMPLES - APRESENTAÇÃO ORAL - GT3 - IMPACTOS DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DIREITOS HUMANOS NA SAÚDE MENTAL NA
UNIVERSIDADE.

**A UNIVERSIDADE ESTÁ PREPARADA PARA QUEM CUIDA? REFLEXÕES
SOBRE CAPACITISMO E PERMANÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DE MÃES
ATÍPICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Rafaela Batista Carvalho De Pina (rafaelabc100@hotmail.com)

João Carlos De Aquino Almeida (jalmeida@uenf.br)

Nos últimos anos, a democratização do ensino superior brasileiro tem possibilitado o acesso de grupos historicamente excluídos, entre eles as mães de pessoas com deficiência, denominadas pelos movimentos sociais como mães atípicas. Embora essa inserção represente um importante avanço das políticas públicas, sua permanência é atravessada por desafios decorrentes da sobrecarga, insuficiência e fragilidade das redes de apoio, e que são forjados pelo capacitismo, cujas concepções privilegiam ideais de produtividade e desempenho (Diniz, 2012) e atingem não somente o filho com deficiência, mas também a mãe. A relevância da pesquisa fundamenta-se na reduzida visibilidade de suas experiências no ambiente acadêmico e na necessidade de ampliar o debate sobre saúde mental e cuidado. Inserido no campo da Bioética, este estudo busca compreender tais impactos, a partir de uma educação comprometida com a diversidade (Gesser et al., 2020), na experiência vivida e nas diretrizes universitárias e nas políticas de permanência estudantil. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, articulada entre a narrativa autobiográfica, a análise documental do Relatório do Grupo de

Trabalho da Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras (MEC, 2026) e o referencial teórico dos Estudos da Deficiência, à luz das autoras Gesser et al. (2020) e Diniz (2012). A autonarrativa evidencia a intensidade com que as barreiras sociais dificultam o protagonismo da mãe atípica, bem como o modo como as experiências de acolhimento na pós-graduação contribuem seu pertencimento. Em contrapartida, a análise documental demonstra avanços nas políticas afirmativas de acesso e permanência, mas indica que essas políticas não se debruçam sobre as especificidades das mães de filhos com deficiência. A triangulação dos dados aponta a sobrecarga, as barreiras capacitistas e a escassez de políticas públicas. Esses achados apontam a necessidade de ações sensíveis às múltiplas demandas de mães que, para além da formação acadêmica, precisam conciliar responsabilidades domésticas, trabalho remunerado, acompanhamento terapêutico e médico dos filhos, atenção aos demais membros da família e outras atribuições. Conclui-se que uma universidade que investe em ações de apoio, flexibilização e acolhimento favorece o pertencimento e combate processos de vulnerabilização. Garantir a essas mães o direito à educação superior significa assegurar que o cuidado não se torne uma barreira à realização de projetos de vida. A maternidade atípica não deve exigir a renúncia à formação acadêmica. Cabe à sociedade, em todos os segmentos, inclusive à universidade, criar condições que integrem cuidado, estudo e projetos pessoais com justiça e equidade.

Palavras-chave: mães atípicas; ensino superior; capacitismo; saúde mental; permanência estudantil.